

Pública Dívida aumenta para R\$ 819 bi

Lauro Rutkowski

Da equipe do **Correio**

A dívida pública líquida atingiu em julho R\$ 819,4 milhões, uma montanha de dinheiro que só poderia ser entregue aos credores de uma só vez se o país decidisse reunir 61,9% do seu Produto Interno Bruto. O PIB é a soma de todas as riquezas produzidas pela Nação em um ano. A situação do país é igual a de um trabalhador obrigado a destinar dois terços da sua remuneração para o pagamento de contas. Como não pode fazer isso sem ameaçar sua sobrevivência, o assalariado usa e abusa de cheque especial, cartão de crédito e empréstimos. O governo faz o mesmo, só que capta dinheiro assinando promessas de pagamento (os títulos públicos, atrelados a dólar, inflação, Taxa Referencial e taxa Selic). Se um desses indevidores dispara, há repercussões sobre a dívida.

Mês após mês, a relação da dívida com o PIB (a "renda" do Brasil) está aumentando. No mês passado, essa proporção estava em 57,9%. Mas a disparada do dólar em julho fez com que o país ficasse R\$ 68 bilhões mais "pendurado" (a dívida interna corrigida em dólar aumentou R\$ 34,3 bilhões e a externa cresceu R\$ 33,7 bilhões). Esse foi o impacto da desvalorização de 20,5% no real ao longo do mês, marcado pela escassez de dólares e pela

FATORES DE RISCO

O que pode fazer o governo perder o controle da dívida e comprometer a estabilidade econômica do país

1. Redução do PIB ou crescimento muito pequeno nos próximos meses

É um fato possível. O BC já rebaixou sua previsão de crescimento da economia de 2% para 1,3% este ano. Para um país que precisa criar milhares de empregos por ano, arrecadar bilhões de reais em impostos e honrar pagamentos de dívidas, crescimento econômico de 1% é muito baixo para fazer caixa.

2. Queda drástica no superávit primário do setor público

Esse cenário é improvável. Os principais candidatos a presidente mostram-se dispostos a cumprir o acordo com o FMI e a manter a meta de superávit de 3,75%. Se houver queda nesse percentual, os credores do Brasil passam a duvidar do pagamento das dívidas, provocando nova onda de instabilidade e alta do dólar.

3. Crescimento do custo da dívida

É algo que pode ocorrer, especialmente se houver disparada do dólar, alta substancial dos juros ou inflação descontrolada. Isso porque a

dívida interna do setor público é corrigida pela variação cambial (33,2%), pelos índices de inflação e TR (11,2%), pela taxa Selic (47,1%) e por juros previamente fixados (8,6%).

4. Descoberta de "esqueletos"

O surgimento de dívidas bilionárias, provocadas por decisões judiciais contra os governos, por exemplo, é um perigo descartado. O último "esqueleto" foi formado pelos expurgos inflacionários de planos econômicos. O governo reconheceu a dívida, elaborou um programa de pagamento e contabilizou o prejuízo em suas demonstrações financeiras.

ascensão de Ciro Gomes (PPS) nas pesquisas eleitorais — fatores que estressaram o mercado. "O cenário é bastante preocupante. Precisamos de crescimento econômico urgentemente, porque senão a relação dívida/PIB só vai piorar", alerta Virene Matesco, economista e professora da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro.

O chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, estimou que a dívida líquida do setor público deverá fechar o ano em torno de 59% do PIB (Produto Interno Bruto). Segundo ele, se a taxa de câmbio do final de agosto ficar em torno de R\$ 3,12, a proporção dívida/PIB ficará nesse patamar.